

Quarta-Feira, 18 de Março de 2026

## **Câmara aprova urgência de projeto de Jayme Campos que amplia limite do MEI**

**Auxílio ao microempreendedor**

Redação com assessoria

A Proposta eleva teto anual de receita de R\$ 81 mil para R\$ 130 mil e permite contratação de até dois empregados\_

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira, 17, por unanimidade, o requerimento de urgência para o Projeto de Lei Complementar 108/2021, de autoria do senador Jayme Campos (União-MT), que amplia o limite de faturamento do microempreendedor individual (MEI). Com 430 votos favoráveis, a aprovação do pedido de urgência abre caminho para que a proposta seja analisada diretamente pelo plenário e, se aprovada, siga para sanção presidencial.

O texto eleva o limite de faturamento anual do MEI dos atuais R\$ 81 mil para R\$ 130 mil. Além disso, permite que o microempreendedor contrate até dois empregados, em vez de apenas um, desde que cada trabalhador receba, no mínimo, um salário mínimo ou o piso salarial da categoria.

A ampliação do teto da receita bruta anual representa um aumento de 60,5% e pode ampliar o número de empreendedores enquadrados nessa categoria. Segundo dados do governo citados na proposta, o Brasil contabilizava, em 2020, cerca de 11,2 milhões de microempreendedores individuais ativos, o equivalente a 56,7% do total de empresas em operação no país.

Criado para estimular a formalização de pequenos negócios, o regime do MEI oferece carga tributária reduzida e simplificada. O pagamento é feito por meio de uma única guia mensal, o Documento de Arrecadação Simplificada (DAS), independentemente de haver faturamento no período.

A aprovação da urgência reforça um movimento político iniciado em outubro do ano passado, quando deputados e senadores ligados às frentes parlamentares do livre comércio, dos serviços, das micro e pequenas empresas, da competitividade e do empreendedorismo feminino manifestaram apoio à tramitação célere da proposta apresentada pelo senador mato-grossense.

Jayme Campos vinha cobrando reiteradamente a votação do projeto, sob o argumento de que a demora tem provocado prejuízos aos microempreendedores. Segundo ele, a defasagem do atual limite de faturamento compromete a sustentabilidade dos pequenos negócios. “O resultado é que as empresas definham, perdem tração, reduzem investimentos, cortam empregos e acabam fechando ou migrando para a informalidade”, afirmou.

Na avaliação do senador, a aprovação definitiva da proposta pelo Congresso Nacional poderá produzir efeitos imediatos sobre a economia, com estímulo à geração de emprego e renda. Ele cita estimativas do Sebrae segundo as quais mais de 86 milhões de brasileiros são beneficiados, direta ou indiretamente, pelas pequenas

empresas.